**Cultura e desenvolvimento na visão de três grandes economistas**

**Luiz Alberto Machado[[1]](#footnote-2)**

**Eduardo José Monteiro da Costa*[[2]](#footnote-3)***

## [*"Só um economista imagina que um problema de economia é estritamente económico."*](https://quemdisse.com.br/frase/so-um-economista-imagina-que-um-problema-de-economia-e-estritamente-economico/29/)

**Celso Furtado**

**Resumo**

Este artigo tem por objetivo apresentar os elementos culturais que se constituem em fundamentos essenciais da análise de três grandes economistas que são considerados referências internacionais nos estudos e pesquisas relacionadas ao processo de desenvolvimento, uma área que se tornou conhecida como economia do desenvolvimento: Celso Furtado, Douglass North e Amartya Sen.

**Palavras-Chaves:**Celso Furtado; Douglass North; Amartya Sen; cultura; desenvolvimento; instituições; liberdade; estruturalismo; neoinstitucionalismo; pensamento econômico.

**Abstract**

This article aims to present the cultural elements that are essential on the analysis of the development process for tree eminent economists: Celso Furtado, Douglass North and Amartya Sen.

**Keywords:**Celso Furtado; Douglass North; Amartya Sen; culture; development; institutions; freedom, structuralism; new institutional economy; economic thought.

**Introdução**

Se vivo estivesse, Celso Furtado, um dos economistas brasileiros mais conhecidos completaria no ano de 2020 cem anos. Autor de vasta produção intelectual, notabilizou-se por estudar a problemática da superação do subdesenvolvimento, antecipando em algumas décadas, a inclusão da questão cultural como elemento importante na análise econômica. A importância de sua produção intelectual é tamanha, sobretudo, para a formação do pensamento econômico brasileiro e latino-americano, que alguns consideram o fato dele não ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia uma das maiores injustiças que a academia proporcionou.

Se hoje questões relacionadas ao desenvolvimento ou ao subdesenvolvimento são mais amplamente debatidas, indiscutivelmente isso se deve, em parte, a sua militância (insistência) intelectual. Em um momento no qual diversas escolas de pensamento acabaram por “descobrir” a importância da cultura para a análise do desenvolvimento, o resgate de suas ideias seminais torna-se mais do que necessário para enriquecer ainda mais o virtuoso debate contemporâneo. Ademais, optamos neste ensaio, por estender referida homenagem a outros dois importantes e diferenciados economistas, que também se detiveram na análise da problemática do desenvolvimento, incorporando a cultura como elemento analítico importante;e, por suas contribuições, acabaram laureados com o Prêmio Nobel de Economia: Douglass North em 1993 e Amartya Sen em 1998.

Desta forma, este ensaio está organizado da seguinte forma, após esta breve introdução, apresenta uma síntese biográfica dos autores selecionados. Isto posto, segue com a visão cultural que está na base de suas análises econômicas, passa por suas contribuições teóricas sobre o desenvolvimento, e, nas considerações finais, faz referência aos efeitos práticos de suas contribuições, principalmente no Brasil (Furtado) e na Índia (Sen).

1. **Sínteses biográficas**
	1. **Celso Furtado**

Nascido em Pombal, sertão da Paraíba, no dia 26 de julho de 1920, Celso Furtado fez os estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife. Passou, portanto, sua infância e juventude no Nordeste, tornando-se conhecedor de uma realidade pela qual manteve forte interesse por toda a sua vida. Transferindo-se em 1939 para o Rio de Janeiro, entrou para a Faculdade de Direito, formando-se em 1944 pela então Universidade do Brasil (Rio de Janeiro). Após a conclusão do curso de Direito, foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Com a patente de aspirante a oficial, seguiu para a Itália, onde serviu, na Toscana, como oficial de ligação junto ao V Exército Norte-Americano, sofrendo, inclusive, um acidente em missão durante a ofensiva dos aliados ao norte da Itália.

No período pós-guerra, foi agraciado com o Prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituo Brasil-Estados Unidos com o ensaio “Trajetória da Democracia na América”. Viajou para a França, onde se inscreveu no curso de doutoramento em Economia da Universidade de Paris-Sorbonne e no Instituto de Ciências Políticas, onde pode presenciar o esforço de reconstrução da Europa com o Plano Marshall, e a importância que naquela altura assumia o Estado como indutor do desenvolvimento. Tornou-se doutor em Economia em 1948 pela Universidade de Paris, com a tese “L’économie coloniale bresilienne”, sob a orientação de Maurice Byé. Foi também fortemente influenciado pelas ideias seminais de François Perroux, sobretudo o conceito de macrodecisão e de que o desenvolvimento poderia ser induzido por meio de ações do Estado resultantes de decisões políticas.

De volta ao Brasil, retoma o trabalho no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em que fora aprovado em concurso em 1943, juntando-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Como observam Caetano e Missio (2017, p. 20), “Celso Furtado era um homem de ‘ação’ e seu pensamento tinha por objetivo a ação prática”, o que fica evidente em *Dialética do Desenvolvimento*, quando o próprio Furtado (1964, p. 22) afirma que “o objetivo da ciência é produzir guias para a ação prática”.

Em 1949, transfere-se para Santiago do Chile, passando a integrar, sob o comando do economista argentino Raúl Prebisch, o corpo de cientistas sociais da recém-criada Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latinae Caribe (Cepal/ONU), organismo que acabaria se tornando, sob a batuta dos dois, de acordo com Gildo Marçal Brandão (2008, p. 66), “[...] o grande intelectual orgânico – teórico, dirigente político, realizador de uma reforma intelectual e moral – do desenvolvimento e do desenvolvimentismo na América Latina.”

Ainda como funcionário da ONU e de volta ao Brasil, Celso Furtado chefiou o Grupo Misto Cepal-BNDE durante o Segundo Governo Vargas, dirigiu a revista *Econômica Brasileira* (que reuniu a primeira geração de economistas de esquerda do País), elaborou durante o governo de Juscelino Kubistchek o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que iria dar origem à Sudene, e foi ministro do Planejamento do governo João Goulart, para o qual elaborou o Plano Trienal, tentativa malsucedida de conter a crescente inflação, assegurar o crescimento e criar condições políticas para a sobrevivência do regime democrático.

Com os direitos políticos cassados pelo regime militar que assumiu o poder em 1964, foi para o exílio, concentrando forças na vida acadêmica, primeiro em Yale e, depois, por mais de uma década na Sorbonne, sem jamais perder o interesse pela política e pela economia do Brasil e da América Latina.

Com a anistia e a redemocratização, voltou ao Brasil e assumiu em 1985 o Ministério da Cultura do governo José Sarney.[[3]](#footnote-4)Concluído seu mandato à frente do Ministério da Cultura, Celso Furtado continuou, ao longo da década de 1990 e até sua morte em 2004, produzindo ativamente, “agora em franca rota de colisão intelectual com a opção civilizacional e a política econômica hegemônica no País” (BRANDÃO, 2008, p. 67).

Ricardo Bielschowsky (1995; 2000) – que durante muitos anos dirigiu o escritório brasileiro da Cepal e é autor e organizador de obras que se tornaram referência na bibliografia sobre o Brasil e a América Latina – menciona Celso Furtado várias vezes com grande destaque, em especial na formulação do pensamento econômico latino-americano.

Em setembro de 2001, Celso Furtado foi eleito por aclamação “Economista Emérito do Brasil”, na plenária final do Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Recife.Em 2003, por ocasião de um seminário internacional promovido pela rede da Unesco sobre economia global e desenvolvimento sustentável, a Cátedra e da Rede da Unesco e da Universidade das Nações Unidas (REGGEN), a Associação de Economistas da América Latina (AEALC) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) apresentaram o nome do professor Celso Furtado como candidato ao Prêmio Nobel de Economia em 2004. Em janeiro de 2004, os documentos foram formalmente enviados à Academia de Ciências da Suécia. Para frustração dos brasileiros, que jamais tiveram a oportunidade de comemorar a concessão de um Nobel a algum conterrâneo, Celso Furtado não foi escolhido. O Prêmio Nobel de Economia daquele ano foi dividido por Finn Kydland e Edward Prescott, por suas contribuições à macroeconomia dinâmica, em decorrência de seus estudos sobre a consistência temporal da política econômica e as forças motrizes por trás dos ciclos de negócios.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

* 1. **Douglass North**

Douglass Cecil North nasceu em Cambridge, Massachusetts, no dia 5 de novembro de 1920. Ocupou, por muitos anos, como professor titular, a cátedra Henry R. Luce of Law and Liberty, na Washington University, em Saint Louis. É o maior expoente da Escola Neoinstitucionalista (também chamada de Nova Economia Institucional), uma das correntes do pensamento econômico liberal contemporâneo que procuram estabelecer uma abordagem capaz de estreitar o campo de relacionamento entre economia, direito e política[[4]](#footnote-5).

Convém, contudo, destacar que o pensamento econômico neoinstitucionalista contrapõe-se ao pensamento da Escola Institucionalista Americana, que surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, e teve em Thorstein Veblen o seu nome de maior destaque. Sandroni (2005, p. 431)refere-se a essa escola de pensamento da seguinte forma:

Desenvolve uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos de instituições – como empresas, sindicatos, o Estado e seus organismos. Ressaltando o papel da estrutura e da organização política e social na determinação dos acontecimentos econômicos, os institucionalistas entraram em aberta polêmica com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem o comportamento econômico; não é a competição pelo mercado, mas a competição por riqueza e poder. Desse modo, defendem a importância de outras disciplinas sociais, como a sociologia, a política e a antropologia no estudo e na solução dos problemas econômicos.

Observa-se, portanto, um posicionamento claramente favorável a uma ativa intervenção do governo na economia, tanto é que em vários manuais de história do pensamento econômico os economistas institucionalistas das gerações posteriores são enquadrados na Escola Keynesiana, cuja influência foi tão acentuada, do final da Segunda Guerra até a década de 1970, que se tornou comum o uso da expressão grande consenso keynesiano. Com o crescente desgaste do keynesianismo, tornado mais claro a partir das experiências de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ocorreu um novo florescimento das correntes de pensamento econômico de inspiração liberal, da qual faz parte o Neoinstitucionalismo.

A maneira como se posiciona em relação à intervenção governamental na economia é, portanto, um dos principais fatores de distinção entre as visões institucionalista e neoinstitucionalista. Enquanto a primeira tem uma visão favorável, defendendo uma ação propositiva do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, a segunda, herdada da influência neoclássica, tem uma visão, por princípio, favorável a um menor grau de intervenção governamental, cabendo ao Estado apenas a função de estabelecer e fazer cumprir “regras do jogo” que proporcionem os estímulos necessários ao bom desempenho dos agentes econômicos.

Ao longo de sua vida, Douglass North visitou o Brasil algumas vezes. Numa delas, em 1961, teve oportunidade de encontrar-se com Celso Furtado, com quem possui interessantes paralelos biográficos. Ambos nasceram em 1920, lutaram na Segunda Guerra (Furtado na Europa, North no Pacífico) e publicaram em pouco espaço de tempo obras seminais sobre a história econômica de seus respectivos países (Furtado, 1959; North, 1961b).

Essa visita deu origem a um artigo de autoria de Mauro Boianovsky e Leonardo Monasterio, intitulado *O Encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina*, publicado como texto para discussão pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2017.

A visita de North ao Brasil se deu no período entre o lançamento da proposta da Aliança para o Progresso, em março, em Washington, por J. F. Kennedy e seu início oficial na Conferência de Punta del Este em agosto de 1961. O contexto era a Guerra Fria e suas repercussões na América Latina. A agitação político-social (especialmente em Pernambuco por causa das Ligas Camponesas) e a pobreza no nordeste brasileiro atraíam a atenção da grande imprensa americana. Assim, o acordo de cooperação financeira e técnica entre o governo norte-americano e a Sudene, alinhavado durante a visita de Furtado a Washington, no início de julho daquele ano, tornou-se uma prioridade estratégica do governo Kennedy no âmbito da recém lançada “Aliança para o Progresso” (Furtado, 1997).

Ainda de acordo com Boianovsky e Monasterio (2017), North veio ao Brasil como *visiting professor* em missão da *Publicand Business Administration Division*, United States Operation Mission (USOM), a serviço da International Cooperation Administration (ICA), órgão antecessor da United States Agency for International Development (USAID). Furtado, por sua vez, tinha vasta experiência em instituições internacionais e uma visão consolidada sobre os problemas do desenvolvimento econômico. Mesmo sem ser um ministério, a Sudene, concebida e dirigida por Furtado, estava ligada diretamente à Presidência da República e contava com apoio do governo Jânio Quadros na época do encontro – recém-criada, a Sudene tinha um orçamento que equivalia a quase 1% do total da despesa federal prevista para 1961 (Brasil, 1960).

Em decorrência de sua pesquisa sobre o papel das mudanças institucionais na análise da historiografia econômica, North foi laureado no ano de 1993 com o Prêmio Nobel de Economia.

A última visita de Douglass North ao Brasil ocorreu em 1994, ano seguinte à conquista do Nobel, para o lançamento do seu livro *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*, quando ministrou palestras no Rio de Janeiro e em São Paulo.

North faleceu em Bezonia, Michigan, em 23 de novembro de 2015.

* 1. **Amartya Sen**

Oriundo de uma família hindu, Amartya Kunar Sen nasceu em Santiniketan, atual Bangladesh, em 1933. Após a partição de 1947, emigrou com a família para Bengala Ocidental, onde se formou em Economia em 1953, pelo Presidency College de Calcutá.

Nesse período em Bengala, Sen conheceu detalhadamente a história da escassez de alimentos que, em 1943, foi responsável pela morte de quase três milhões de pessoas. Esse fato foi determinante para que se tornasse, posteriormente, um ardoroso defensor da igualdade e da promoção do bem-estar.

Prosseguiu seus estudos na Inglaterra, obtendo seu PhD pelo Trinity College, em Cambridge, em 1959. Foi professor de economia na Jadavpur University, em Calcutá de 1956 a 1958 e *fellow* no Trinity College, em Cambridge, de 1957 a 1963. Posteriormente, foi professor titular na Delhi School of Economics, de 1963 a 1967, na London School of Economics, de 1971 a 1977, em Oxford, de 1977 a 1988, e, finalmente em Harvard.

Desde 1998 é Master (Reitor) do Trinity College, de Cambridge, tendo recebido nesse mesmo ano o Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos teóricos na área social e por ter contribuído para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social em regiões pobres, nas quais a principal atividade ainda é a agricultura.

A exemplo de Celso Furtado, Sen teve ativo papel em organismos multilaterais, sendo um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano, importante aperfeiçoamento nos critérios de aferição do desenvolvimento, amplamente utilizado na atualidade.

Também a exemplo de Celso Furtado, jamais deixou de se preocupar com o destino de sua terra, pesquisando e propondo políticas públicas com o objetivo de reduzir as profundas desigualdades até hoje existentes na Índia. Vale destacar, nesse particular, o livro *Glória incerta*: *a Índia e suas contradições*(Companhia das Letras, 2015), escrito em parceria com Jean Drèze, em que argumentam que apesar da aceleração do crescimento da economia indiana nas últimas três décadas, o principal problema do país estaria na falta de atenção que se dedica às necessidades essenciais do povo, especialmente as dos pobres, e muitas vezes das mulheres. Sen e Drèze(2015) reconhecem que houve grandes fracassos tanto na promoção de um crescimento participativo como na aplicação dos recursos públicos gerados pelo crescimento econômico para melhorar a condição de vida das pessoas. Oferecem, a partir dessa constatação, uma análise poderosa das carências e desigualdades da Índia, indicando, com uma compreensão mais clara da gravidade das privações humanas no país, as possibilidades de mudanças que seriam permitidas por uma prática democrática.

Como Douglass North, Amartya Sen teve oportunidade de visitar o Brasil algumas vezes para proferir palestras ou participar de conferências e seminários. Em sua última visita, participou da programação do projeto Fronteiras do Pensamento, que se propõe a fazer uma profunda análise da contemporaneidade e das perspectivas para o futuro. Comprometido com a liberdade de expressão, a diversidade de ideias e a educação de alta qualidade, o projeto promove conferências internacionais e desenvolve conteúdos múltiplos com pensadores, artistas, cientistas e líderes em seus campos de atuação.

Julgamos oportuno fazer estes breves registros biográficos dos três economistas focalizados no artigo por acreditarmos que, principalmente nos casos de Celso Furtado e Amartya Sen, a infância e a juventude passadas em regiões subdesenvolvidas trouxeram forte influência em suas contribuições para a economia do desenvolvimento. Mas antes de nos debruçarmos sobre isso, dediquemo-nos a uma breve análise de outro aspecto comum aos três, qual seja, o de considerar os aspectos culturais como elementos indutores importantes do desenvolvimento.

1. **A cultura na base da economia**
	1. **Celso Furtado**

Embora a ênfase na estreita relação entre cultura e desenvolvimento tenha se acentuado a partir da década de 1970 e, ainda mais na década seguinte, quando Furtado tornou-se ministro da Cultura no governo de José Sarney, sua preocupação com o vínculo entre cultura e economia, e, por extensão, o desenvolvimento, é muito anterior. Ou seja, é parte indissociável na análise interdisciplinar do (sub)desenvolvimento brasileiro; que, por sua vez, origina-se de uma abordagem histórico-estrutural, em que não apenas se percebem os fortes laços entre cultura e economia, mas também com os conceitos de desenvolvimento, criatividade e dependência.[[5]](#footnote-6)

Desta forma, para ilustrar o estreito vínculo entre cultura e economia, vamos realçar: (i) as principais características da visão teórica de Celso Furtado,sintetizadas por Gildo Marçal Brandão com base no conjunto de ensaios intitulado *A grande esperança*, organizado por Luiz Carlos Bresser Pereira e José Márcio Rego da FGV-SP; (ii) a dependência econômica, política e cultural estabelecida em conexão com a visão estruturalista desenvolvida durante os anos em que serviu a Cepal, embora seu afastamento da teoria da dependência na década de 1970 tenha ocorrido numa época em que muitos intelectuais latino-americanos estavam ainda caminhando em sua direção[[6]](#footnote-7); (iii) a importância da criatividade na cultura de uma nação e o crescente distanciamento da cultura local à medida que os padrões de desenvolvimento dos países centrais foram se tornando cada vez mais dominantes nos países periféricos.

Na perspectiva de Brandão (2008, p. 69), as principais características da elaboração furtadiana são:

a) o tratamento da economia pelo método-histórico-estrutural, violentando o *mainstream* da disciplina; b) a historicização do estruturalismo latino-americano, especialmente das teorias originariamente defendidas por Raúl Prebisch; c) a crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional; d) a percepção de que o mercado, não só na América Latina, mas, em geral, é uma entidade incapaz de se autorregular, o que torna inevitável e necessária a intervenção planejadora do Estado; e) a hipótese de que o subdesenvolvimento não é um estágio que todas as sociedades têm que percorrer no seu caminho para o desenvolvimento, mas um processo qualitativamente distinto da experiência dos países centrais e um produto necessário, tanto quanto o desenvolvimento, do processo de expansão da economia capitalista mundial; f) a percepção de que a heterogeneidade estrutural e o dualismo dos países dependentes e produtos da expansão europeia como o nosso, reproduzem também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, hiato capaz de pôr em risco a unidade de ação.

A respeito do aspecto cultural como parte da dependência dos países periféricos em relação aos países centrais, com base na visão estruturalista da Cepal e no imperialismo da visão marxista, salientamos que os países periféricos (subdesenvolvidos) tornam-se dependentes dos países centrais (desenvolvidos) e, em razão dessa dependência, são submetidos a uma exploração crescente, que vai reforçando cada vez mais essa conexão entre dependência e exploração, a ponto de se constituir num ciclo que se retroalimenta sistematicamente.Esse ciclo de dependência e exploração se faz presente em três dimensões: econômica, política e cultural.

A dimensão econômica da dependência e exploração pode ser subdividida em três formas. A primeira é a comercial, decorrente das relações entre países centrais e periféricos resultante da divisão internacional do trabalho. Nela, os países centrais especializaram-se na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital, enquanto que os países periféricos especializaram-se na produção de bens primários, em especial, alimentos e matérias-primas. Como os preços desses produtos evoluem de forma assimétrica, os países periféricos foram sendo obrigados a produzir (e exportar) quantidades cada vez maiores de bens primários para continuar a importar o mesmo volume de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Tal situação, estendendo-se no tempo por longos períodos, constitui-se num processo de transferência de riqueza dos países periféricos para os países centrais. Esse mecanismo tornou-se conhecido como “deterioração dos termos de intercâmbio” ou “deterioração das relações de trocas” e é o ponto alto da interpretação dependentista.

A segunda forma é a financeira e se explica pela exportação dos resultados dos países periféricos para os países centrais. Essa exportação de resultados consiste em diferentes formas de transferência de recursos financeiros em direção aos países centrais, entre as quais os pagamentos de *royalties*, as remessas de lucros das empresas multinacionais e a mais grave delas, o pagamento de elevado montante de juros, onerando pesadamente a balança de serviços.

A terceira forma de exploração e dependência (dentro ainda da dimensão econômica) é a tecnológica e pode ser explicada pelo atrelamento dos países periféricos à tecnologia dos países centrais: além de não desenvolverem tecnologias próprias, os países periféricos acabam muitas vezes utilizando máquinas e equipamentos sucateados, ou seja, já superados nos países centrais, e ainda pagam *royalties* por sua utilização.

A dimensão política, por sua vez, tem na internacionalização dos centros de decisão a sua face mais visível. Pressionados pelo ciclo de exploração e dependência, os países periféricos acabam se tornando excessivamente vulneráveis, o que faz com que muitas das decisões políticas que adotam não reflitam necessariamente o ponto de vista da maior parte de suas respectivas populações. Tal fenômeno pode ser observado tanto na política interna como na política internacional, quando a posição desses países é fortemente influenciada pelos países centrais por ocasião de tomadas de decisão em organismos multilaterais como a ONU, a OMC ou o FMI.

Por fim, a dimensão cultural pode ser explicada pela assimilação dos valores, hábitos, ideais e comportamentos dos países centrais por parte das populações dos países periféricos. Essa influência acentuou-se a partir do extraordinário avanço das telecomunicações e, por que não, da informática.

O quadro que se segue é uma tentativa de resumir, de maneira esquemática, o ciclo descrito de exploração e dependência:

**Conteúdo**

**Exploração**

**Dependência**

**Econômica**

**Política**

**Cultural**

**Comercial: Troca desigual**

**Financeira: Exportação de resultados**

**Tecnológica: Atrelamento à tecnologia dos**

**países desenvolvidos**

**Internacionalização dos centros de decisão**

**Assimilação dos valores, ideais e**

**comportamentosextrangeiros**

No que se refere à relevância da criatividade, Alfredo Bosi afirma no Prefácio de *Criatividade e dependência na civilização industrial* (2008, p. 23):

A história das culturas mostra a emergência, em determinados lugares e tempos, de obras de arte e pensamento tão belas e complexas que resistiram aos séculos e ainda hoje encantam e ensinam, apesar das distâncias às vezes milenares e das diferenças de estilo de vida e concepção de mundo. A palavra-chave para Celso Furtado passa a ser “criatividade”. É nesse conceito que se apoia a sua admiração pela tragédia ática, pela historiografia de Heródoto, pela filosofia dos pré-socráticos, pela escavação moral e religiosa dos hindus, em suma, pela ciência, pela arte e pela filosofia criadas em sociedades de baixo excedente econômico.

O reconhecimento da criatividade como pré-requisito da inventividade humana faz de Furtado um precursor, de certa forma, de autores que se consagraram internacionalmente décadas depois como grandes especialistas em inovação, entre os quais Michael Porter e Clayton Christensen, ou mesmo de uma nova linha de pesquisa surgida já na transição para o século XXI, a Economia Criativa[[7]](#footnote-8).

Nessa perspectiva, complementa Furtado (2008, p. 112):

A gama maravilhosa de culturas que já surgiram sobre a Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis: em níveis de acumulação que hoje nos parecem extremamente baixos produziram-se civilizações que, em muitos aspectos, não foram superadas.

Frente a tamanha admiração pelas genuínas manifestações culturais decorrentes da criatividade humana, não é motivo de surpresa a decepção manifestada por Furtado em suas obras mais recentes diante da homogeneização cultural representada pelo predomínio dos padrões de consumo – moda, música, costumes e hábitos – típicos de populações de nações desenvolvidas ocidentais, em especial da norte-americana, por parte das populações dos países não desenvolvidos. Silva e Barros (2014, p. 19) assinalam a respeito desse fenômeno:

Esse movimento teórico iniciado nos anos setenta tem como tela de fundo o avanço da industrialização em um quadro de *desenvolvimento imitativo*, característico de uma sociedade que pretende reproduzir a cultura material do capitalismo avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais. Nesse contexto, a situação de subdesenvolvimento latino-americana passa a ser percebida como resultado da discrepância entre as sofisticadas exigências de modernização das classes dominantes e precariedade do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Para fechar esta seção, julgamos mais do que oportuno mencionar o alerta feito por Furtado (1984, p. 25) diante dos desafios impostos pelo vertiginoso ritmo das mudanças que caracteriza a economia globalizada.

Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo nos leva a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão.

* 1. **Douglass North**

A teoria das instituições e da mudança institucional de North amadureceu ao longo de vários anos de pesquisas e de diversos trabalhos.[[8]](#footnote-9) O livro *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*, publicado originalmente em língua inglesa no ano de 1990,pode ser considerado como o marco temporal que separa o North em amadurecimento teórico (décadas de 1970 e 1980), do North com uma visão teórica mais consolidada e com concatenamentos analíticos mais complexos entre os seus conceitos fundamentais (décadas de 1990 e 2000).

North e Thomas (1973), ao sinalizarem que diferentes processos culturais poderiam resultar em diferentes histórias econômicas, estabeleceram *insights* que levariam North a paulatinamente ampliar a sua análise sobre a relação entre as instituições informais e o desenvolvimento[[9]](#footnote-10). Em que pese isso, a noção de indivíduo assumida em boa parte do livro ainda era muito próxima da perspectiva neoclássica, sendo este ainda visto como um átomo social que estabelecia o seu comportamento de forma independente de seu entorno social (Azevedo, 2015).

Em North (1981)é possível observar uma mudança nessa premissa comportamental dos indivíduos[[10]](#footnote-11), sobretudo, com a introdução em sua análise da ideologia, que funcionaria como elemento simplificador dos processos decisórios, conferindo uma visão específica de mundo ao indivíduo tomador de decisão, e servindo como fator explicativo para a compreensão de estruturas políticas e econômicas ineficientes.[[11]](#footnote-12) Ademais, a combinação das regras constitucionais com os códigos de comportamentos culturais subjacentes, ao mesmo tempo em que dá estabilidade às instituições, torna qualquer dinâmica de mudança demorada e, em regra, apenas incremental. Ou seja, ideologia, normas e convenções sociais, bem como códigos de conduta ética e moral, passaram a ser elementos importantes na análise por interferirem na esfera comportamental dos indivíduos e darem legitimidade, estabilidade e ordem à vida social[[12]](#footnote-13). No limite, sem os constrangimentos impostos por questões ideológicas, os custos de *enforcement* seriam inviáveis para as organizações.

Em North (1990), e alguns trabalhos posteriores, a partir da introdução do conceito de racionalidade limitada, é possível notar significativo avanço na compreensão da dinâmica institucional decorrente do tratamento da cultura como chave para a compreensão da dependência de trajetória[[13]](#footnote-14). A partir desse ponto, ao invés de proceder a uma análise cronológica de seus trabalhos, optamos – posto entendermos que para efeito de análise e sistematização é mais objetivo e profícuo – por buscar edificar sua visão sobre o papel da cultura no desenvolvimento econômico com base em seus trabalhos mais recentes (décadas de 1990 e 2000).

No conjunto teórico desenvolvido por Douglass North, o mundo econômico é não ergódico, apresentando mudanças contínuas, inusitadas e atípicas, e os indivíduos, por meio de modelos mentais preexistentes, processam informações incompletas, num esforço cognitivo de compreensão dos fenômenos econômicos e sociais, que os auxiliam no entendimento do ambiente ao mesmo tempo em que determinam o seu comportamento social, nem sempre movidos por impulsos maximizadores, mas, em muitos casos, pelo altruísmo e por restrições auto impostas (North, 1990; 2005). Nesse sentido, as instituições – por meio de informações socialmente transmitidas em determinado contexto cultural[[14]](#footnote-15) – estabelecem mecanismos de incentivos ou restrições nas decisões dos indivíduos e das organizações (North, 1993b).

Conforme North (1993a):

É necessário desmantelar o pressuposto de racionalidade subjacente à teoria econômica, a fim de abordar construtivamente a natureza da aprendizagem humana. A história nos mostra que ideias, ideologias, mitos, dogmas e preconceitos são importantes; e é necessário compreender o modo como eles evoluem para alcançar maiores avanços no desenvolvimento de um quadro de referência para entender a mudança social.

Desta forma, a teoria das instituições e da mudança institucional desenvolvida por North reserva um papel especial para a cultura no processo de determinação das trajetórias sociais de longo prazo na medida em que a estrutura que governa a interação social cotidiana, passando por relações familiares, ou mesmo no campo do trabalho e dos negócios, é definida em grande medida por restrições informais, códigos de conduta, normas de comportamento e convenções. Estes, ao mesmo tempo em que fazem parte de uma herança cultural, definem a forma como os indivíduos processam e utilizam as informações, bem como tomam as suas decisões por meio de seus modelos mentais. Esses modelos mentais – um constructo advindo das ideias, ideologias e religiões – ao sustentarem crenças que reduzem as divergências entre os indivíduos e garantirem a transferência intergeracional do conhecimento, acabam estabelecendo o molde sobre o qual são conformadas as economias e as sociedades (North, 1990; 1993a; 2005; North; Denzau, 1994; Lopes, 2013; Azevedo, 2015).[[15]](#footnote-16)

É em decorrência disso que North (1993a) compreende as instituições como representações da consciência dos indivíduos, expressões dos modelos mentais compartilhados e, portanto, representações externas dos modelos cognitivos individuais, que possuem como finalidade a estruturação e a organização de seu meio através da estabilização das ações e da redução da incerteza[[16]](#footnote-17).

É nesse sentido que North (2003a) destaca que as regras informais acabam se tornando, para a dinâmica das sociedades, até mesmo mais importantes do que as formais[[17]](#footnote-18). Exatamente por isso, mudanças culturais evolvendo alterações na cosmovisão dos indivíduos, advindas de alterações na ideologia, crenças, valores e religião, abalam a estabilidade das instituições e tendem a ser importantes vetores de mudanças institucionais (North, 1990; 2005; Robles, 1998)[[18]](#footnote-19).

Conforme afirma Robles (1998, p. 16):

North considera que a cultura é a chave para a compreensão do fenômeno da “dependência de trajetória” [*path dependence*], quer dizer, para compreender por que é tão difícil que as economias – uma vez encaminhadas por um caminho de crescimento, ou estagnação, ou declive – logrem reverter sua tendência de longo prazo. North explica que a aprendizagem de qualquer geração está fortemente condicionada pelas percepções derivadas da aprendizagem coletiva secular. Assim, a aprendizagem é um processo cumulativo filtrado pela cultura de uma sociedade.

A cultura, desta forma, torna-se elemento central para explicar a performance econômica e política através do tempo (North, 2005)[[19]](#footnote-20); e, como mencionado, materializa-se, em última instância, como a chave para a dependência de trajetória, na medida em que os indivíduos ao fazerem as suas escolhas o fazem sob influência de suas crenças, formadas por meio de um processo de aprendizagem cumulativo que é transmitido culturalmente de uma geração para outra.[[20]](#footnote-21) Conforme North (1993a):

Isto é, as crenças mantidas por indivíduos, grupos e sociedades e que determinam suas preferências são uma consequência de sua aprendizagem ao longo do tempo, e não apenas do tempo de vida de um indivíduo ou de uma geração; são a aprendizagem incorporada em indivíduos, grupos e sociedades, cumulativa no tempo e transmitida de uma geração para outra pela cultura de cada sociedade.

Portanto, o processo de aprendizagem social advém das experiências socioculturais vivenciadas pelos indivíduos, algo que é constantemente atualizado a partir de impulsos externos (North, 2005)[[21]](#footnote-22). Essa visão também está presente em North, Mantzavinos e Shariq (2004) ao enfatizarem que os modelos mentais são dinâmicos e evoluem com o decorrer do tempo como resultado das experiências vivenciadas pelos seres humanos.

Quando considerados adequados para a interpretação do ambiente, acabam se estabilizando e modelando um “sistema de crenças”, porém, quando se mostram inconsistentes, acabam revistos e originam um novo sistema de crenças. North, Wallis e Wingast (2006) destacam que as organizações educacionais e religiosas possuem papel privilegiado na conformação das crenças dos indivíduos e, como consequência, na moldagem das organizações.

É, em função disso, que o foco recai, sobretudo, no indivíduo como unidade analítica na medida em que a percepção da realidade social acaba sendo resultante de um processo de aprendizagem e do modelo cognitivo individual, formado em um contexto específico e derivado das crenças e percepções advindas de uma estrutura institucional, ideológica, educacional e religiosa disseminada na sociedade[[22]](#footnote-23).

Derivado desse entendimento é possível afirmar que: (i) o desempenho econômico de uma sociedade é expressão última de suas instituições, moldadas por um processo histórico através da cultura, das crenças, dos modelos mentais compartilhados e dos modelos cognitivos individuais; (ii) os modelos mentais condicionam as ações dos indivíduos, e acabam determinando trajetórias sociais dependentes; (iii) nenhuma mudança institucional ocorre sem o suporte de um sistema de crenças pré-existente; (iv) a determinação causal do desenvolvimento segue, portanto, do nível cognitivo, para o institucional e deste para o econômico (North, 2003a; North; Mantzavinos; Shariq, 2004).

* 1. **Amartya Sen**

A exemplo de Furtado e North, Sen revelou desde seus primeiros trabalhos que sua visão da economia extrapolava muito os limites da ciência econômica. Os três, portanto, dão razão à convicção de John Stuart Mill, endossada posteriormente por Alfred Marshall, segundo a qual “não será provavelmente um bom economista quem não é nada mais do que isso”.

Essa visão estendida, na qual se constata a forte relação da economia com outras áreas do conhecimento,que já pôde ser claramente percebida em *Sobre ética e economia* (1999)[[23]](#footnote-24),será reforçada em *Desenvolvimento como liberdade* (2000)[[24]](#footnote-25), onde Sen estabelece relevantes vínculos da economia (e do desenvolvimento em especial), com fatores como liberdade, justiça, democracia, oportunidade social, demografia, ética, direitos humanos, escolha social, instituições, meio ambiente e comprometimento social.[[25]](#footnote-26)

Sobre a relação entre a ética e a economia em particular, vale reproduzir um trecho do release da editora Companhia das Letras à época de seu lançamento como uma síntese impressionante, estruturada pela seguinte ideia:

Se há acordo de que o valor fundamental que orienta a economia normativa e a ética – e as práticas delas derivadas – é a realização dos interesses racionais das pessoas (quer dizer, o bem humano), o mesmo não acontece a respeito de um suposto “núcleo” da “racionalidade” e do modo mais razoável de comparar tais interesses visando ordená-los segundo prioridades de realização.

Considerando os terríveis problemas que o mundo de uma forma geral – e o Brasil em particular – vêm enfrentando nos campos da moral e da ética, pode parecer que essa discussão é recente. Ledo engano. Como bem observado no mesmo release:

Essas indagações guiam a teoria ética mais sistematicamente desde Aristóteles, e a econômica, nos seus fundamentos, especialmente desde Adam Smith. Mas elas se perderam na economia quando o *bem* deixou de incluir uma pluralidade de aspectos valiosos da vida humana (satisfações, direitos, liberdades, oportunidades reais etc.), e foi interpretado unicamente como *bem-estar*. E com a redução do bem-estar à medida homogênea de *utilidades*, a origem “ética” da economia desapareceu.

Isto posto, não podemos deixar de registrar nossa dupla satisfação em ver um autor da relevância de Amartya Sen resgatar a visão humanista da economia e recolocar na agenda da discussão, em condição de absoluta prioridade, a relação entre ética e economia, alinhando-se a nomes importantes como E. F. Schumacher, Rubens Ricupero e Eduardo Giannetti – apenas para citar alguns – que têm insistido em diversas oportunidades para o caráter essencial dessa relação. Giannetti, diga-se de passagem, fez menção a esse aspecto em seu comentário na “orelha” do livro *Sobre ética e economia* (1999):

As questões econômicas não são apenas questões de praticidade e eficiência, mas também de moralidade e justiça. As questões éticas não são apenas de valor e intenções generosas, mas também de lógica fria e exequibilidade. Se a economia desligada da ética é cega, a ética desligada da economia é vazia. O surpreendente não é que a teoria econômica e a reflexão ética voltem a caminhar juntas, mas que tenham permanecido divorciadas e incomunicáveis entre si por tanto tempo.

Como as considerações específicas a respeito do desenvolvimento serão objeto da próxima seção, nos ateremos aqui às questões atinentes essencialmente à cultura, indissociáveis da economia e do processo de desenvolvimento.

Se, historicamente, essa associação entre cultura e economia esteve sempre no centro das atenções de Sen, observa-se uma importante mudança de foco na evolução de seu pensamento e de suas obras: de abrangência local e/ou regional, foi ganhando abrangência cada vez maior à medida que a globalização e a interdependência entre as nações tornaram-se algumas das características mais marcantes da realidade contemporânea.

Exemplo dessa mudança de foco pode ser identificada na acentuada preocupação com os problemas da Índia e da região nos escritos iniciais, que, sem jamais ser abandonada, vai cedendo espaço a preocupações de maior abrangência, ganhando crescente destaque as relações entre Ocidente e Oriente, nas quais, muito além do distanciamento referente ao desenvolvimento, merecem destaque aspectos relacionados à cultura, à religião, à filosofia, à liberdade política e à maior ou menor influência da democracia. Para Sen (2000, p. 267):

Culturas e tradições sobrepõem-se em regiões como o Leste Asiático e mesmo em países como Japão, China ou Coreia, e as tentativas de generalização sobre os “valores asiáticos” (com implicações substanciais – e frequentemente brutais – para multidões de pessoas nessa região com diversas fés, convicções e comprometimentos) só podem ser extremamente grosseiras. Mesmo os 2,8milhões de habitantes de Cingapura apresentam grandes contrastes em suas tradições culturais e históricas. Na verdade, Cingapura tem tido um êxito admirável na promoção da harmonia e da coexistência amistosa entre comunidades.

Vale destacar o caráter altamente oportuno da análise de Amartya Sen no que se refere às divergências entre Ocidente e Oriente, uma vez que as sequelas do atentado às torres gêmeas em Nova York e da reação militarizada protagonizada pelos Estados Unidos deixaram como herança uma preocupação permanente, que eventualmente assume picos de tensão.[[26]](#footnote-27)

Nesses momentos de agravamento do clima de tensão, ganham ainda mais validade as observações de Sen a respeito da dificuldade encontrada na maior parte dos países ocidentais, fundamentada na cosmovisão judaico-cristã, de entender a cultura e a forma de pensar predominantes no Oriente (2000, p. 267):

As linhas de raciocínio autoritárias presentes na Ásia – e, de um modo mais geral, em sociedades não-ocidentais – muitas vezes são corroboradas indiretamente por modos de pensar encontrados no próprio Ocidente. Existe claramente uma tendência nos Estados Unidos e na Europa de supor, ao menos implicitamente, a primazia da liberdade política e da democracia como uma característica fundamental e muito antiga da cultura ocidental – característica difícil de ser encontrada na Ásia. Seria, por assim dizer, um contraste entre o autoritarismo alegadamente implícito – digamos, no confucionismo – e o respeito pela liberdade e pela autonomia individuais que se afirma estar fortemente arraigado na cultura liberal ocidental. Os ocidentais que se empenham pela liberdade pessoal e política no mundo não-ocidental comumente julgam estar levando valores ocidentais para a Ásia e a África. O mundo é convidado a entrar para o clube da “democracia ocidental” e admirar e defender os “valores ocidentais” tradicionais.

Essa tentativa de não apenas considerar, mas de impor os valores predominantes no Ocidente por parte de relevantes lideranças políticas da atualidade é, seguramente, um dos principais motivos do clima de tensão observado em várias partes do mundo. Embora seja dotado de extrema complexidade, é um tema que merece atenção especial de acadêmicos, jornalistas e formadores de opinião – e não apenas de políticos – para que esse clima de tensão não permaneça e até se agrave no futuro próximo.[[27]](#footnote-28)

1. **Contribuições sobre o desenvolvimento**
	1. **Celso Furtado**

Reconhecido e consagrado como economista, Celso Furtado manifestou desde cedo sua visão do desenvolvimento não como um processo limitado às variações econômicas, mas como parte de algo muito mais amplo. Sem jamais perder de vista a realidade do Brasil – e do Nordeste, sua região de origem, em particular – Furtado procurou observar a realidade nacional por meio do entendimento racional proporcionado pela ciência de um modo geral (histórica, econômica, política, social) como parte inicial do projeto de mudança, entendida sempre como um desejo de constante aperfeiçoamento. Tal visão, somada ao pragmatismo já salientado anteriormente, são essenciais para a compreensão do pensamento e da ação furtadianos.

Porque, no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes ao espírito (FURTADO, 1983, p. 36).

Essa predominância da percepção de Furtado como economista foi captada por Cepêda que assim a ela se refere (2008, p. 49):

O curioso é que, senso comum, Furtado é visto predominantemente como economista quando na realidade a dimensão social e política de sua produção intelectual são flagrantes. Uma pista para essa supervalorização da economia deve ter-se originado exatamente no uso da teoria econômica para explicar os problemas do subdesenvolvimento, porém, é conveniente lembrar que a teoria do subdesenvolvimento é uma teoria sobre *mudança social* e não um sistema de entendimento da organização da produção (tomada como finalidade última). Desenvolver significa modernizar tanto as relações de produção quanto as formas sociais de convivência, envolvendo nesse percurso produção e técnica, arte, cultura e educação, organização e participação política, reestruturação do mundo rural e preeminência dos aparatos urbanos, remodelação da função do Estado, novo enfoque sobre os mecanismos de acumulação e distribuição do capital etc. Há uma visão geral de sociedade migrando de um passado problemático (herança colonial) em direção à modernização. O signo da análise furtadiana, que leva a pensar numa abordagem aparentemente economicista, está na definição dos problemas institucionais como resultados da estrutura de produção, mas, se Furtado *olha* a economia como dado inicial é na sociedade modificada, no entanto, que quer chegar como destino de seu esforço.

Focalizando mais diretamente as abordagens de Furtado a respeito do fenômeno do desenvolvimento, cinco aspectos, a nosso juízo, merecem destaque especial: (i) a negação do desenvolvimento como uma série de estágios sucessivos; (ii) a negação do subdesenvolvimento como uma etapa inevitável para o atingimento de níveis superiores de desenvolvimento: (iii) a concepção de desenvolvimento; (iv) a complexidade e as ambiguidades inerentes à ideia de desenvolvimento; e (v) o mito do desenvolvimento econômico.

* + 1. **Desenvolvimento entendido como uma sucessão de etapas**

No subcampo intitulado Economia do Desenvolvimento houve acentuado predomínio, durante determinado período de tempo, de teorias que explicavam a evolução das sociedades como uma sucessão de estágios, numa perspectiva linear coerente com a própria visão dominante da ciência. Tal predomínio fez com que visões ideologicamente opostas adotassem a mesma perspectiva. Podemos enquadrar nessa perspectiva as teorias de Friedrich List, de Karl Marx, de W. W. Rostow e de Alvin Toffler.

List denominou os estágios de desenvolvimento das sociedades como: nômades; agrícolas; agrícolas-pastoris; e industriais.

Marx, com base na concepção materialista da história, descreveu a evolução como uma sucessão de modos de produção, cada um deles determinado pelo binômio constituído pelas forças produtivas e pelas relações sociais predominantes: estágio pré-social; comunismo primitivo; modo de produção antigo (ou asiático); modo de produção feudal; modo de produção capitalista; modo de produção socialista; e modo de produção socialista. Combinando o materialismo histórico, o raciocínio dialético e a teoria da exploração, Marx elaborou uma teoria da evolução das sociedades cujo motor era a luta de classes.

Em plena Guerra Fria, quando as relações internacionais eram fortemente marcadas pela disputa entre duas visões antagônicas de organização político-econômica, a capitalista, liderada pelos Estados Unidos, e a socialista, liderada pela União Soviética, que se estendeu do final da Segunda Guerra até o final da década de 1980/início da de 1990, W. W. Rostow desenvolveu uma teoria de evolução das sociedades também baseada em sucessivos estágios, mas com uma explicação para a evolução diferente da de Marx. No livro intitulado *As etapas do desenvolvimento econômico*, que tem o sugestivo subtítulo *Uma visão não comunista*, Rostow identificou as seguintes etapas: sociedades tradicionais; pré-condições para o arranco ou decolagem; arranco ou decolagem (*take off*); marcha para a maturidade; sociedades de consumo de massa. Em edições posteriores, acrescentou mais uma etapa, a sociedade de serviços. Se, na visão de Marx o papel de dinamizador da evolução era a luta de classes, na de Rostow esse papel cabe ao *knowhow* e à tecnologia.

Alvin Toffler, um dos mais requisitados conferencistas do final do século XX, nos dois livros finais da trilogia iniciada com *O choque do futuro*, também utilizou uma abordagem em que considera etapas sucessivas. Em *A terceira onda*, descreve três revoluções tecnológicas – agrícola, industrial e do conhecimento. Já em *Powershift: as mudanças no poder*, aborda as alterações na fonte do poder das nações: de início proporcionada pelo poder bélico, passou num segundo momento a ser determinada pelo poder financeiro, para, a partir do final do século XX, ter por base o domínio do conhecimento. Vale observar que tanto no plano econômico como no plano do poder hegemônico, o conhecimento passa a ser preponderante a partir do final do século passado.

.

* + 1. **Subdesenvolvimento**

Iniciamos esta seção recorrendo uma vez mais a Cepêda para descrever a perspectiva teórica inovadora desenvolvida por Furtado para renegar a visão até então preponderante de considerar o subdesenvolvimento como uma etapa pela qual todos os países deveriam, necessariamente, passar para atingirem graus mais elevados de desenvolvimento.

A interpretação do Brasil formulada por Celso Furtado conecta economia e sociedade de uma maneira inédita no pensamento social brasileiro. Possui uma originalidade e uma força teórica que advém da intersecção proposta entre desajustes econômicos e desajustes sociais, entre atraso e modernidade, itens que predominavam na agendado debate nacional desde o início do século [XX], porém tratados isoladamente. A concepção do subdesenvolvimento dava nova resposta à sensação de sermos “[...] desterrados em nossa própria terra” (HOLANDA, 1993, p. 3), realizando uma inversão explicativa – não éramos diferentes, insuficientes ou atrasados por conta de uma falha em nosso caráter nacional. Ao contrário, éramos parte de um desenho histórico estruturado e sistêmico – o quadro das formações tardias, que Furtado denomina também de capitalismo bastardo, e que de alguma forma previa e exigia que algumas nações no concerto mundial permanecessem nesse estágio. Nossos problemas eram nacionais, porém nem tanto (CEPÊDA, 2008, p. 50).

O pensamento estruturalista de Celso Furtado assinala que o processo histórico que conduziu ao desenvolvimento através do capitalismo engendrou seu revés, ou seja, países imersos no sistema, mas carentes de desenvolvimento. O dinamismo capitalista produziu o desenvolvimento no seu centro difusor, porém, em certas regiões periféricas que foram irradiadas por ele, estabeleceu-se outro processo, que não teve a mesma forma, nem compartilhou dos mesmos efeitos. A falta de desenvolvimento dos países que estão à margem do centro capitalista, mas complementares à realização do sistema, foi denominada de subdesenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, formações coetâneas que jamais podem ser entendidas como resultado de uma etapa[[28]](#footnote-29).

Assim, contrariando a visão etapista do desenvolvimento econômico[[29]](#footnote-30), desenvolvimento e subdesenvolvimento são situações históricas distintas, porém derivadas de um mesmo impulso inicial – faces de uma mesma dinâmica – com o subdesenvolvimento se constituindo num processo histórico autônomo e heterogêneo[[30]](#footnote-31) de conformação estrutural produzido pela forma como se propagou o progresso tecnológico[[31]](#footnote-32) no plano internacional, e derivado de malformações sociais e econômicas durante o processo de difusão do sistema capitalista na periferia. Toda economia subdesenvolvida é, portanto, necessariamente dependente e periférica, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência e um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida.

Posto que o subdesenvolvimento surge de uma assimetria estrutural nas relações da periferia com o núcleo do sistema, a sua tomada de consciência esclarece as limitações impostas à nação, ou região, pelo caráter da divisão internacional do trabalho existente[[32]](#footnote-33) e por esta estrutura socioeconômica que tende a se perpetuar em função de elementos: da matriz institucional pré-existente, orientada para a divisão da riqueza e da renda; das condições históricas ligadas à emergência do sistema de divisão internacional do trabalho; do aumento da taxa de exploração dos países pobres e do uso do excedente adicional pelas elites, para financiamento de seu consumo mimético, de que resulta uma ruptura cultural que se manifesta através do processo de modernização; da orientação do crescimento em função dos interesses da minoria “modernizada”; do custo ascendente da tecnologia requerida para acompanhar por meio da produção local os padrões de consumo dos países avançados, o que, por seu lado, facilita a penetração das grandes empresas de ação internacional; e, da necessidade de fazer face aos custos crescentes em moeda estrangeira de produção destinada ao mercado interno, abrindo o caminho à exportação de mão-de-obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados.

Em função de tudo isso, o subdesenvolvimento de uma sociedade acaba sendo sempre a expressão de um insuficiente nível de racionalidade pública e social. Desta forma, a sua superação somente pode ser concebida no quadro de um projeto político transescalar, articulado e coordenado pelo Estado enquanto centro nacional de decisão válido –, capaz de subordinar os interesses individuais aos interesses regionais e nacionais coletivos buscados a médio e longo prazo através do planejamento do desenvolvimento, fundamentados, sempre, numa clara compreensão da estrutura socioeconômica e espacial da região objeto, e na superação da situação de dependência e exploração. Implica, portanto, na tentativa de encontrar resposta a múltiplas questões[[33]](#footnote-34). Em primeiro lugar, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. Em segundo lugar, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que continua a ser gerada em função dos problemas com que estas se defrontam. E, finalmente, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho.

A partir desta constatação, Celso Furtado destaca a importância das macrodecisões enquanto objeto de vontade política na transformação das estruturas regionais subdesenvolvidas, afirmando que mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção na medida em que comporta um elemento de intencionalidade. Segundo seu arcabouço teórico o sistema econômico, seja este local, regional ou mesmo nacional, significa a existência de dispositivos de coordenação e certa unidade de propósitos e comando, com intervenções de centros de decisão, que representam a estrutura de poder, e que respondem por ideais sociais, políticos e econômicos. Há, portanto, nesta estrutura, um quadro institucional e um poder regulador, fundado na coação e/ou consentimento, capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam em torno da apropriação e da alocação dos escassos recursos. Consequentemente, o entendimento do comportamento dos agentes econômicos somente é possível através da análise de como estão arquitetadas as suas estruturas sociais.

Desta maneira, qualquer tentativa de superação do subdesenvolvimento deve estar assentada num projeto político, fundado em percuciente conhecimento da realidade e esposado por amplos segmentos sociais[[34]](#footnote-35), que aumente o poder regulador das atividades econômicas, única forma de colocá-las a serviço da satisfação das necessidades sociais legitimamente conhecidas, e capaz de romper com o quadro de dependência estrutural de uma economia periférica. Nesta construção, Furtado é enfático ao colocar que qualquer concepção de desenvolvimento não pode alienar-se de sua estrutura social, e nem tampouco a formulação de uma estratégia desenvolvimentista pode ser concebida sem preparação ideológica. Este processo deve estar ancorado à ideia de um projeto nacional que recupere o mercado interno como centro dinâmico da economia, reforme as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e resista às forças que operam no sentido da desarticulação do sistema econômico nacional e que ameaçam a unidade federativa[[35]](#footnote-36).

Isto pressupõe o exercício de uma vontade política apoiada num amplo consenso social e num projeto nacional tendo em vista sempre que o desenvolvimento econômico precisa ser entendido como um processo dinâmico que transcende aspectos de natureza puramente econômica, alcançando toda a estrutura de organização da sociedade, comportando sempre um elemento de invenção. É um processo autônomo, sustentado e civilizador, baseado no progresso tecnológico e manifesto numa estrutura de sociedade mais adiantada, englobando aspectos culturais, institucionais, sociais e econômicos, que alargam os horizontes de possibilidades dos agentes e que conduzem a acumulação capitalista à criação de valores, bens e serviços que se difundem mais homogeneamente pela coletividade[[36]](#footnote-37). Em última instância, implica na ampliação da liberdade em todas as esferas da vida e da sociedade.

Neste sentido, na sua morfogênese, o desenvolvimento necessita desobstruir as forças que tencionam pela manutenção das estruturas tradicionais de dominação e reprodução do poder, requerendo, portanto, ser implantado e coordenado por uma unidade dominante possuidora de poder, força e coação. Possui inerentemente dois aspectos peculiares: um mais atraente, próprio de um processo de arranjo, montagem, dar sentido, direção, coerência as transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins; e aquele menos atraente, próprio dos processos de se desmontar, desarranjar, importunar, constranger, frustrar expectativas e ações deletérias à construção social.

* + 1. **Desenvolvimento**

Descartando a perspectiva economicista dominante, que de certa forma iguala crescimento econômico, que é a simples variação dos indicadores quantitativos, a desenvolvimento, que implica, além destes, na variação dos indicadores qualitativos associados à melhoria do padrão de vida de grosso da população, Frutado define desenvolvimento como:

[...] um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 29).

Vale destacar que nas concepções contemporâneas de desenvolvimento, chamadas muitas vezes de desenvolvimento sustentável, é imprescindível a incorporação de variáveis ambientais. A rigor, essa percepção já existia nas abordagens do romeno Nicholas Georgescu-Roegen, pioneiro na aproximação da economia com a física e na preocupação com a questão ambiental. Como observa Mallorquin (2008, p. 116): “A invenção – acumulação – é parte de um ‘fluxo’ mais geral que amplia o ‘estoque’ produtivo, sem refletir que isso supõe geralmente a destruição de recursos não renováveis. Suporíamos, então que o brasileiro leu a crítica de Georgescu-Roegen sobre as políticas econômicas do Brasil”.

* + 1. **Complexidade e ambiguidades**

O desenvolvimento é, naturalmente, complexo, pois mesmo em suas concepções mais simples e limitadas, comporta um conjunto de dificuldades, em especial no que se refere à aferição de seus indicadores de ordem qualitativa, nem sempre de fácil mensuração. Entendido como “um processo de mudança social”, tal complexidade torna-se ainda maior, ensejando comparações, na maior parte das vezes inadequadas, entre nações que se industrializaram no final do século XVIII e início do século XIX, com as que se industrializaram tardiamente, já no segundo quartel do século XX. Outra comparação inadequada, bastante comum, é aquela realizada entre nações de estruturas e dimensões geográficas, bem como de tamanho de populações muito distintas. Por fim, ainda dentro da seara da complexidade, percebemos o viés de considerar como parâmetro de desenvolvimento, valores, costumes e tradições da civilização ocidental, no caso, os de países de industrialização avançada.

A par da complexidade em torno da ideia de desenvolvimento, Furtado destaca, em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, portanto com a maturidade propiciada pelas experiências adquiridas em suas experiências no Brasil, no Chile, nos Estados Unidos e na Europa, já no final da década de 1970, duas formas de ambiguidades.

A ideia de desenvolvimento, referindo-se a uma sociedade, comporta, sabidamente, toda uma gama de ambiguidades. De um ponto de vista descritivo, ela se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento humano que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apoia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos), posta a serviço de um sistema de dominação social (FURTADO, 2008, p. 83).

Depois de discorrer sobre essa forma de ambiguidade, enfatizando a forte influência da ideologia liberal e seu discurso composto de elementos da filosofia naturalística, Furtado volta-se para outra forma de ambiguidade não menos importante inerente à ideia de desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades ainda maiores quando a consideramos no quadro da difusão da civilização industrial. Em muitas regiões a modernização também significou ocidentalização, ou seja, o desaparecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutivos. Mesmo quando a transplantação resultou de um projeto executado sob a égide do Estado, como no caso do Japão da Restauração Meiji, o resultado final afastou-se suficientemente do modelo original para invalidar toda tentativa de apreciação com base nos conceitos derivados da história europeia. O grupo aristocrático que assumiu o controle do Estado japonês pela metade do século XIX teve em vista objetivos essencialmente políticos: criar as bases de um poder nacional capaz de preservar a independência do país face à ofensiva imperialista da era vitoriana (FURTADO, 2008, p. 86).

A consequência dessa forma de ambiguidade não deixa qualquer motivo para comemoração. Nas palavras de Furtado (2008, p. 86): “Esse projeto logo se desdobrou noutro visando a criar uma ‘esfera de influência’, o que levou à guerra com a China no último decênio do século XIX e com a Rússia no primeiro decênio do século XX”.

* + 1. **Mito**

Em seu intenso trabalho composto de dezenas de livros e centenas de artigos, Furtado retorna com frequência a conceitos como os de dependência, concentração de renda, desigualdade social e regional, mimetismo cultural, relações assimétricas centro-periferia, mercado interno, criatividade e outros, mantendo como pano de fundo a visão estruturalista do subdesenvolvimento e do desenvolvimento.

Para Clóvis Cavalcanti (2008, p. 200), no entanto,

[...] é no livro *O mito do desenvolvimento econômico* que Furtado levanta duas questões não comuns ao restante de sua importantíssima obra, ou pelo menos não tão categoricamente formuladas como nele. A primeira das questões diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza – um tema completamente alheio ao núcleo do pensamento tradicional da ciência da economia[[37]](#footnote-38). A segunda se refere à constatação do caráter de *mito moderno* do desenvolvimento econômico.

De fato, a preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente ganhou enorme espaço nas discussões contemporâneas a respeito de seu papel no processo de desenvolvimento, a ponto de estar presente em cursos de graduação ou programas de mestrado e doutorado com os nomes de Economia Ambiental ou Economia Ecológica.

Com relação à segunda questão identificada por Cavalcanti, percebe-se uma preocupação crescente com algumas das consequências decorrentes da generalização das formas de consumo prevalecentes nos países cêntricos em outras regiões, entre as quais a fuga da juventude para a contracultura e, mais recentemente, os fluxos migratórios de contingentes significativos da população de nações periféricas para países da Europa e da América do Norte.

* 1. **Douglass North**

Entre as principais conclusões da seção voltada à importância da cultura como base para o desenvolvimento destacamos que “o desempenho econômico de uma sociedade é expressão última de suas instituições, moldadas por um processo histórico através da cultura, das crenças, dos modelos mentais compartilhados e dos modelos cognitivos individuais”.

Iniciaremos a seção sobre a visão de North sobre o desenvolvimento destacando, inicialmente, a importância por ele atribuída à história, presente, em última instância, ao longo de todo o seu pensamento e sua obra.

A história importa. Importa não só porque podemos aprender com o passado, mas também porque o presente e o futuro estão relacionados com o passado por meio da continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e de amanhã são moldadas pelo passado, e o passado só pode se tornar inteligível como um caso de evolução institucional. Integrar as instituições à teoria econômica e à história econômica é um avanço essencial no aperfeiçoamento dessa teoria e dessa história (NORTH, 2018, p. 9).

Além dessa perspectiva histórica e da importância atribuída por North à cultura, às crenças, aos modelos mentais compartilhados e aos modelos cognitivos individuas, já examinados na seção 2.2., cabe-nos agora enfatizar e relevância das instituições e de suas mudanças para a compreensão do processo de desenvolvimento. Para tanto, é importante ter em mente o conceito de instituições para North (2018, p. 13):

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições[[38]](#footnote-39) concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. A mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica.

É possível derivar, desse único parágrafo, duas constatações relevantes para nosso artigo: (i) a compreensão ampliada da economia de North, também evidente em Furtado e Sen, pela qual é impossível dissociar os aspectos econômicos de outros aspectos que os influenciam e que deles recebem influência, entre os quais os aspectos sociais e políticos; (ii) a importância primordial dada às instituições para as mudanças históricas, contrariamente a outras concepções que enfatizam fatores como a luta de classes, os progressos técnicos, as mudanças demográficas etc.

Como já foi ressaltado, diferentemente de Furtado e Sen, que por terem passado fases de sua vida em ambientes marcados por acentuado grau de subdesenvolvimento, expressaram a preocupação com realidades dessa natureza em várias partes de suas obras, North teve como pano de fundo outro tipo de realidades, caracterizadas por níveis substancialmente maiores de desenvolvimento.

Nem por isso, no entanto, deixou de considerar questões institucionais particularmente relevantes em países não desenvolvidos, notadamente no que se refere à cultura e à educação. Não raras vezes, North se debruçou sobre a diferente ênfase atribuída à complementaridade entre desempenho econômico e investimento em cultivo e disseminação de conhecimento para comparar o desenvolvimento dos Estados Unidos (e de outas nações ocidentais desenvolvidas) e de países não desenvolvidos.

Ao longo da maior parte da história, os incentivos institucionais para o investimento em conhecimento produtivo foram em grande medida inexistentes. Ainda hoje, em economias do Terceiro Mundo esses incentivos são frequentemente mal direcionados. Caso países do Terceiro Mundo invistam mesmo em educação, com frequência direcionarão erroneamente o investimento para o ensino superior em vez de para o ensino fundamental (que naqueles países tem rendimentos sociais bem mais elevados do que o ensino superior)[[39]](#footnote-40) (NORTH, 2018, p. 138).

Por fim, dois outros aspectos que consideramos dignos de registro nas contribuições de North a respeito do desenvolvimento residem: (i) na estreita relação da economia com a política; (ii) na preocupação com questões de natureza microeconômica – em permanente interação com questões macroeconômicas –, que, não raras vezes, são negligenciadas em teorias e modelos de desenvolvimento que levam em conta variáveis e indicadores de natureza exclusivamente macroeconômica.

Sobre o primeiro (North, 2018, p. 187):

O regime político e a economia estão inextricavelmente associados em qualquer interpretação do desempenho de uma economia, de modo que precisamos cultivar uma autêntica disciplina de economia política. [...] Não somente os regimes políticos estipulam e aplicam os direitos de propriedade, que moldam a estrutura de incentivos básica de uma economia: no mundo atual, a proporção do produto nacional bruto que perpassa o governo e as ubíquas e sempre variantes regulamentações impostas por ele são os fatores mais importantes do desempenho econômico. Um modelo profícuo do aspecto global ou mesmo dos aspectos individuais de uma de uma economia precisa incorporar os condicionamentos institucionais.

A preocupação de North com a abordagem teórica atualmente dominante fica evidente na sequência (2019, P. 187):

A atual teoria macroeconômica, por exemplo, jamais resolverá os problemas com que se confronta, a menos que seus praticantes reconheçam que as decisões tomadas mediante o processo político afetam o funcionamento das economias de maneira decisiva. Ainda que em um plano *ad hoc* tenhamos passado a reconhecer isso, é preciso que haja uma integração da ciência política e da teoria econômica bem maior do que aquela que tem se tem efetuado até agora. Só se pode fazer isso mediante uma modelação do processo político-econômico que incorpore as instituições específicas envolvidas e a consequente estrutura da troca político-econômica.

Sobre o segundo (North, 2018, p. 197):

As instituições proporcionam a estrutura básica por meio da qual, no decorrer da história, os seres humanos têm gerado ordem e buscado reduzir a incerteza na troca. Juntamente com a tecnologia empregada, elas determinam os custos de transação e transformação e com isso a viabilidade e o proveito de participar da atividade econômica. As instituições ligam o passado ao presente e ao futuro, de maneira que a história se constitui em grande medida em um relato incremental da evolução institucional em que o desempenho histórico das economias só pode ser compreendido como elemento inserido em um encadeamento narrativo. E elas são o fator decisivo para a compreensão da inter-relação do regime político e da economia e das consequências dessa inter-relação para o crescimento econômico (ou a estagnação e o declínio).

* 1. **Amartya Sen**

Gostaríamos de destacar a abordagem dos fenômenos do desenvolvimento e do crescimento econômico, cuja diferença Sen faz questão de destacar.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, pp. 28-29).

Se, no que se refere especificamente, à maior abrangência do fenômeno do desenvolvimento em comparação ao do crescimento econômico, Sen não chega a ser propriamente original, uma vez que diversos economistas que se destacaram em meados do século XX, entre os quais Joseph Schumpeter, Charles Kindleberger, Maurice Biè e W. W. Rostow, tiveram a mesma posição.

Ao enfatizar a importância da liberdade como componente fundamental do desenvolvimento, ele foi bastante original. Em boa parte do livro *Desenvolvimento como liberdade*, Sen dedica-se à explicação desse aspecto, magnificamente ilustrado na afirmação “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 33).

Logo no Prefácio, ao fazer considerações sobre, de um lado, um mundo com níveis de opulência sem precedentes e, de outro, um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias, Sen destaca a estreita relação entre liberdade e desenvolvimento:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais é *constitutiva* do desenvolvimento. Porém, para uma compreensão mais plena da relação entre desenvolvimento e liberdade, precisamos ir além desse reconhecimento básico (ainda que crucial). A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos (SEN, 2000, p. 10).

A respeito desses encadeamentos, prossegue:

Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdade são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos. Por exemplo, há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações. Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento (op. cit. p. 10).

Em sua análise dos condicionantes econômicos relacionados ao desenvolvimento e à liberdade, Sen dá especial destaque ao papel dos mercados, afirmando:

A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre desenvolvimento. No entanto, seria um erro ver o mecanismo de mercado apenas como um derivativo. Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar (op. cit. pp. 22-23).

Complementando o exame da importância dos mercados, pondera Sen (op. cit. p. 23):

Ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas (ainda que certas conversas sejam claramente infames e causem problemas a terceiros – ou até mesmo aos próprios interlocutores). A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes.

A influência de Amartya Sen nesse campo não se limitou ao plano teórico, uma vez que juntamente com Mahbubul Hak, ele foi o criador, em 1989, do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), um indicador que passou a ser aceito no mundo todo como a principal referência para definir o grau de desenvolvimento de um país. Tal indicador, mais amplo – e por isso mesmo – mais fiel do que os até então utilizados, considera três variáveis para efeito de cálculo: o nível de renda, a educação (captada através da taxa de alfabetização e da taxa de matrícula nos três níveis de ensino), e a saúde (captada pela esperança de vida).

**Considerações finais**

Esperamos ter conseguido, neste ano do centenário do nascimento de Celso Furtado, mostrar alguns pontos de convergência do pensamento e da ação destes três baluartes da história do pensamento econômico, notadamente no que se refere a três aspectos: (i) uma visão econômica que vai muito além do economicismo tão presente em outros economistas; (ii) o estreito vínculo entre cultura e desenvolvimento; e (iii) a constante preocupação com a busca permanente de melhores padrões de vida para as população em geral e, em especial, para as populações de países que se atrasaram nos processos de industrialização e de desenvolvimento.

Ao fim e ao cabo, constatamos que, apesar de avanços relevantes em muitas regiões, dois dos autores por nós focalizados neste artigo permanecem com muitas dúvidas quanto aos resultados alcançados em seus respectivos países, como fica evidente em *A construção interrompida*, em que Celso Furtado lamenta as frequentes descontinuidades nos raros planos de desenvolvimento efetivamente levados a cabo no Brasil, e *Glória incerta*, em que Amartya Sen (em parceria com Jean Drèze) chama a atenção para as enormes desigualdades ainda existentes e que se constituem em enormes desafios para o efetivo desenvolvimento da Índia.

**Referências**

AZEVEDO, Bonnie. *Uma análise antropológica de Douglass North (1973-2009)*: indivíduo, racionalidade, cultura e instituições. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2015.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarollo mundial: El Estado en un mundo en transformación.* Washington: Oxford University Press, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo.*Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY. Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*(2 volumes). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOIAVOVSKY, Mauro; MONASTERIO, Leonardo. *O Encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961*: visões alternativas sobre a economia nordestina. Texto para discussão. Brasília:Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BOYD, R.; RICHERSON, P.J. *Culture and thee volutionary process.* Chicago: University of Chicago Press, 1985.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *O peregrino da ordem do desenvolvimento*. Em LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, pp. 65-72.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAETANO, João Evandro Borba; MISSIO, Fabricio José. *Notas sobre o papel da cultura no desenvolvimento em Celso Furtado*. Textos de Economia, UFSC, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n1p19>. Acesso em 16 de janeiro de 2020.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias* (2 volumes). Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia*. Em LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, pp. 199-214.

CEPÊDA, Vera Alves. *Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento*. Em LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, pp. 43-63.

CHRISTENSEN, Clayton M. *O dilema da inovação.* Tradução de Edna EmiOnoe Veiga. São Paulo: Makron Books, 2001.

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. *Glória incerta*: a Índia e suas contradições. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes e Laila Coutinho. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ESTEVES, Cleydia Regina. Desenvolvimento como cultura na obra de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, pp. 39-56, jan-jul 2014.

FIANI, Ronaldo. Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North.*Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 2 (90), abril-junho, 2003.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação econômica do Brasil.* 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Um projeto para o Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1968a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Teoria e política do desenvolvimento econômico.* 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *O mito do desenvolvimento econômico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Pequena introdução ao desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Brasil: a construção interrompida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_O subdesenvolvimento revisitado. *Revista Economia e Sociedade.* Instituto de Economia UNICAMP, v. 1, p. 5-19, 1992b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *O capitalismo global*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HIRSCHMAN, Albert O. The rise and decline of development economics. In *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*The strategy of economic development*. New Havens, Yale University Press, 1958.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GALA, Paulo. A Teoria institucional de Douglass North*. Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 2 (90), abril-junho de 2003a.

GALA, Paulo. A Retórica na Economia Institucional de Douglas North*. Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 2 (90), abril-junho de 2003b.

GALA, Paulo. Teoria e Retórica em Douglass North: Subsídios para uma análise de sua contribuição. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Planejamento e Análise Econômica da EAESP/FGV como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado. São Paulo: EAESP/FGV, 2001.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA. Harvard University Press, 1971.

GIAMBIAGI, Fabio; ZEIDAN, Rodrigo. *Apelo à razão:*reconciliação com a lógica econômica – por um Brasil que deixe de flertar com o populismo, com o atraso e com o absurdo. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GIANNETTI, Eduardo. *As partes & o todo.* São Paulo: Siciliano, 1995.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North.*Revista de Economia Política*. vol.33 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000400004&script=sci\_arttext>. Acesso em: 22 de Março de 2019.

LOZARDO, Ernesto. *OK, Roberto. Você venceu!:*o pensamento econômico de Roberto Campos*.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

MACHADO, Luiz Alberto. *Viagem pela economia*. São Paulo: Scriptum, 2019.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: teórico por antonomásia*. Em LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, pp. 115-138.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CASTRO, Paulo Rabello de. *Lanterna na Proa –Roberto Campos Ano 100*. São Luís, MA: Resistência Cultural, 2017.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *Como funciona o governo*: escolhas públicas na democracia representativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *Lições de economia constitucional brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *As regras do jogo – o Plano Real: 1997-2000.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *Economia & Política: instituições de estabilização econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

NÓBREGA, Maílson da. ***O futuro chegou.*** São Paulo: Globo, 2005.

NORTH, Douglass. *Understanding the process of economic change*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

NORTH, Douglass C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

NORTH, Douglass. *Institutional Change: a framework of analyses*. University Library of Munich, Germany, revised 14 Dec 1994. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/wpa/wuwpeh/9412001.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

NORTH, Douglas. *Desenpeño económico en el transcuso de los años*. Estocolmo: (s.n.), Conferência de Douglass North em Estocolmo, Suécia, 09 de dezembro de 1993a. Disponível em: <https://www.azc.uam.mx/publicaciones/etp/num9/a2.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

NORTH, Douglass. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico.* São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, Douglass. *Five Propositions about institutional change*. Munich: University Library of Munich, 1993b. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/wpa/wuwpeh/9309001.html>. Acesso em 12 de abril de 2019.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change, and economic performance – political economy of institutions and decisions.*Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. Institutions and economic growth: a historical introduction*. Word Development*, v. 17, n. 9: 1319-1332, september, 1989.

NORTH, Douglass. The New Institutional Economics*.Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 142, pp. 230 – 237, 1986.

NORTH, Douglass. *Structure and Change in Economic History.* New York: W.W. Norton, 1981.

NORTH, Douglass; DENZAU, Arthur. *Shared mental models: ideologies and institutions*. Center for Politics and Economics Claremont Graduate School and Center for the Study of Political Economy. Washington University (St. Louis), 1994. Disponível em <http://ecsocman.hse.ru/data/957/750/1216/9309003.pdf>. Acesso 13 de abril de 2019.

NORTH, D.; MANTZAVINOS, C.; SHARIQ, S. Learning, institutions, and economic performance. *Perspectives on politics*. Vol. 2. Nº 1. P. 1-19, 2004. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/MANLIA-3>.Acessoem 12 de abril de 2019.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert. *The Rise of the Western Word: A New Economic History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

*NOTAS: avaliação de projetos de lei*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

PINHEIRO, Cíntia Raquel Soares; PINHEIRO, Natália Pereira; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. A dimensão cultural do desenvolvimento: uma incursão teórica em Celso Furtado e Amartya Sen. Revista *Idealogando*, v. 1, n. 3, p. 5-17, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/22498>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

*Plano da Secretaria da Economia Criativa*: políticas, diretrizes e ações,2011-2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

PONDÉ, João Luiz. *Nova Economia Institucional (Volume 1).* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PORTER, Michael. *A vantagem competitiva das nações*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

ROBLES, Gustavo A. Prado. *El Pensamiento Económico de Douglass C. North*. Laissez-Faire, No. 9, 13-32, Sept., 1998.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*: um manifesto não comunista. Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula. Revisão de Cassio Fonseca.5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

RUTHERFORD, M. *Institutions in Economics:*The Old and the New Institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SALAMA, Bruno Meyerhof. *Sete Enigmas do Desenvolvimento em Douglass North.* Working Paper de 14 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Sete-Enigmas-do-Desenvolvimento-em-Douglass-North.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2019.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, José Júlio. *Os parceiros do rei: herança cultural e desenvolvimento econômico no Brasil.*Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SILVA, Ana Paula Londe; BARROS, Laura Diniz Penteado de. *Cultura e desenvolvimento: um estudo da perspectiva de Celso Furtado*. Revista *Multiface*, Belo Horizonte, vol. 2, 2014. Disponível em <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/multiface/article/view/3082>. Acesso em 16 de janeiro de 2020.

SIMÕES, André. *Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas.* Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*.Tradução de João Távora. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Powershift*: As mudanças do poder.Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VELJANOVSKI, Cento. *A economia do direito e da lei*: uma introdução. Tradução de Francisco J. Beralli. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

1. Bacharel em Economia pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal) e conselheiro da Fundação Educacional Inaciana “Padre Saboia de Medeiros” e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Sócio-diretor da empresa SAM – Souza Aranha Machado Consultoria e Produções. Correio eletrônico: lasam.machado@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
2. Bacharel em Economia pela UFPA, mestre e doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA. Correio eletrônico: ejmcufpa@gmail.com. [↑](#footnote-ref-3)
3. De acordo com Gildo Marçal Brandão (2008, p. 67), “[...] cargo que era ao mesmo tempo a reparação de uma injustiça – o truncamento de sua vocação de homem do Estado –, o reconhecimento de sua grandeza intelectual e a manifestação de sua perda de influência no debate e na determinação dos rumos da economia”. [↑](#footnote-ref-4)
4. O enquadramento do Neoinstitucionalismo, da Teoria da Escolha Pública e da Escola do Direito de Propriedade numa corrente denominada Contratualista reflete uma forte aproximação da economia com o direito e a política, aspecto muito bem explicado por Cento Veljanovski num livro intitulado *A economia do direito e da lei* (Rio de Janeiro: Instituto Liberal). Vale ressaltar que, nessa aproximação, se percebe a interdependência cada vez maior entre essas três esferas do conhecimento. Em outras palavras, o economista precisa conhecer cada vez mais aspectos do direito e da ciência política, porque a influência desses fatores na economia é cada vez mais nítida. O mesmo vale para juristas e cientistas políticos. [↑](#footnote-ref-5)
5. Rosa D’Aguiar (2013, p. 01) assinala, com propriedade, que em: “*O estruturalismo latino-americano* Rodriguez (2009) destaca que a produção intelectual de Celso Furtado se distingue de outros pensadores estruturalistas pela peculiaridade do estudo sistemático do elo entre a cultura e o desenvolvimento”. [↑](#footnote-ref-6)
6. Conforme aponta Mallorquin (2008, p. 116): “Quando muitos estavam à vontade com a ‘teoria da dependência’, em meados dos anos 70, Furtado se afastava dela a grande velocidade.” [↑](#footnote-ref-7)
7. Aliás, é no livro *Criatividade e dependência na sociedade industrial* que a então secretária Cláudia Leitão foi buscar a epígrafe do *Plano da Secretaria de Economia Criativa*, apresentado à nação em 2011: “Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade” (FURTADO, 2008, p. 11). [↑](#footnote-ref-8)
8. Conforme Gala (2001), o escopo analítico de North foi consolidado a partir de várias influências. O conceito de custos de transação apropria-se de Ronald Coase, a ideia de incerteza de Friedrich Hayek e Frank Knight, o *insight* da racionalidade limitada de Herbert Simon, o conceito de trajetória dependente de Brian Arthur e Paul David e, de sua própria autoria, uma visão sobre a ideologia e o Estado. [↑](#footnote-ref-9)
9. Um exemplo claro disso é quando North e Thomas (1973) reconhecem a influência de questões religiosas no processo de consolidação do mercado capitalista, citando o problema da condenação dos empréstimos a juros pela Igreja Católica por meio do Papa Clementino V, no século XIV; ao passo que reconhecem o estímulo favorável ao desenvolvimento do capitalismo advindo do cristianismo reformado, citando como exemplo o ato de Charles V (Holanda) que em 1543 liberou o empréstimo com cobrança de juros, segundo os autores, essencial para a dinamização do mercado de capitais holandês. [↑](#footnote-ref-10)
10. A teoria da ideologia, inserida por North (1981) em sua análise das instituições, altera a concepção de racionalidade do indivíduo. A este respeito ver Azevedo (2015), em especial o Capítulo 6. [↑](#footnote-ref-11)
11. Conforme North (1981, p. 7): “(...) a persistência de estruturas políticas e econômicas ineficientes, por sua vez, torna a existência de ideologias concorrentes uma questão crítica na compreensão da história econômica”. [↑](#footnote-ref-12)
12. Rutherford (1994) estabelece uma crítica à tentativa de inserção da ideologia por North (1981), afirmando que, em que pese a tentativa, o autor não conseguiu apresentar uma teoria da ideologia que explicasse a estabilidade e a mudança institucional. Segundo Azevedo (2015), em diversas passagens fica clara a confusão do autor entre ideologia e cultura, aparentemente tratadas por ele como sinônimos. Ademais, afirma que a forma como North (1981) trabalha o conceito de ideologia, é exógena e instrumental. [↑](#footnote-ref-13)
13. Para maiores detalhes sobre a introdução do conceito de racionalidade limitada recomendamos ver Azevedo (2015). [↑](#footnote-ref-14)
14. Apesar de trabalhar com a categoria cultura, North, não estabelece uma definição própria dessa categoria. North (1990, p. 37), utiliza-se da definição de Boyd e Richerson (1985, p. 2) que define cultura como a “(...) transmissão de uma geração para a seguinte, por meio do ensino e da imitação de conhecimentos, valores e outros fatores que influenciam o comportamento”. [↑](#footnote-ref-15)
15. Para North (1992), rotinas, costumes, tradições e cultura são termos usados para denotar a persistência de regras ou restrições informais, que incluem: (i) convenções que evoluem como soluções para problemas de coordenação e que todas as partes tem interesse em manter; (ii) normas de comportamento que são padrões de conduta reconhecidos; (iii) códigos de conduta auto impostos, como padrões de honestidade ou integridade. [↑](#footnote-ref-16)
16. Para North (2005, p. 162): “A essência da compreensão do papel das instituições em uma sociedade é reconhecer que elas incorporam a intencionalidade de nossa mente consciente”. [↑](#footnote-ref-17)
17. Convém, contudo, salientar que para North (2003a), na medida em que as restrições informais conferem determinada estabilidade para as instituições, as mudanças institucionais, quando ocorrem, tendem a ser graduais. [↑](#footnote-ref-18)
18. North (2005) enfatiza que as crenças religiosas e as ideologias seculares desempenham importante papel nas mudanças sociais, citando como exemplo a ascensão e queda do ideal comunista na URSS. [↑](#footnote-ref-19)
19. North (2005) enfatiza que as crenças dos indivíduos que ocupam posições responsáveis por criar as diretrizes políticas e econômicas são chamadas de crenças dominantes. Estas, com o tempo, são as responsáveis pelo acréscimo gradual a estrutura elaborada das instituições que determinam o desempenho econômico e político. [↑](#footnote-ref-20)
20. Conforme North (1993a): “É a cultura que fornece a chave para a dependência da trajetória - um termo usado para descrever a poderosa influência do passado no presente e no futuro.” [↑](#footnote-ref-21)
21. North (2005) coloca que a estrutura inicial de aprendizagem é genética, um debate polêmico e que necessita de uma análise mais aprofundada, mas que não é o busílis deste trabalho. [↑](#footnote-ref-22)
22. Esse modelo de aprendizagem, que pode acontecer em qualquer espaço de interação social, desde o ambiente familiar até qualquer outra organização, é relevante para explicar o funcionamento das economias. [↑](#footnote-ref-23)
23. Publicado originalmente em 1989. [↑](#footnote-ref-24)
24. Publicado originalmente em 1999. [↑](#footnote-ref-25)
25. Apesar do pleno domínio dos métodos quantitativos, a ponto de ter chegado à presidência da Econometric Society, Amartya Sen situa-se, no cenário internacional dos grandes economistas, entre aqueles que se notabilizaram por suas preocupações humanistas, destacando-se, nesse particular, a preocupação com a relação entre a ética e a economia. [↑](#footnote-ref-26)
26. Um exemplo disso foi a morte do major-general Qassen Soleimani, no início de 2020, considerado a segunda pessoa mais poderosa do Irã, num ataque aéreo dos Estados Unidos em um aeroporto de Bagdá. [↑](#footnote-ref-27)
27. Infelizmente, não é o que se observa em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, onde tem prevalecido em boa parte do meio jornalístico um acentuado processo de polarização político-ideológica, no qual, muito mais do que informar, o que se pretende é doutrinar os leitores, ouvintes ou expectadores. [↑](#footnote-ref-28)
28. Conforme Furtado (1968: 04): “... seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, que os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É um confronto com o desenvolvimento que teremos que captar o que é específico ao subdesenvolvimento. Somente assim poderemos saber onde a experiência dos países desenvolvida deixa de apresentar validez para os países cujo avanço pelos caminhos do desenvolvimento passa a depender de sua própria capacidade para criar-se uma história”. [↑](#footnote-ref-29)
29. Examinada em 3.1.1. [↑](#footnote-ref-30)
30. De acordo com a teoria desenvolvida por Celso Furtado em suas diversas obras, o subdesenvolvimento não se constitui enquanto fenômeno homogêneo. O próprio subdesenvolvimento é heterogêneo do ponto de vista estrutural, apresentando-se sob várias formas em diferentes estágios, inclusive com uma fase superior em que existe um núcleo industrial diversificado. [↑](#footnote-ref-31)
31. O termo progresso tecnológico é uma expressão genérica que no seu uso corrente engloba todas as transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação capitalista. Manifesta-se sob a forma de processos produtivos mais eficazes e também de novos produtos que são a face exterior da civilização (Furtado, 1992b). Segundo Furtado, como o progresso tecnológico ocorre de forma pontual no espaço, não se difundindo, a região detentora deste avanço passa a lograr efeitos positivos decorrentes de toda uma gama de consequências oriundas da introdução desta nova tecnologia (Furtado, 1998; 2000a). [↑](#footnote-ref-32)
32. Ver Furtado (1983; 1992b; 1994; 1998; 2000a). [↑](#footnote-ref-33)
33. Furtado (1994). [↑](#footnote-ref-34)
34. Segundo Furtado (1992b), um dos traços mais significativos de uma sociedade subdesenvolvida é a exclusão de importantes segmentos de população da atividade política, privados que estão de recursos de poder. Esta situação somente se modifica com a emergência de formas alternativas de organização social capazes de ativar os segmentos de população politicamente inertes. [↑](#footnote-ref-35)
35. Ver: Furtado (1980; 1988; 1989; 1992a; 1992b; 2000b). [↑](#footnote-ref-36)
36. Na visão de Furtado (1992b) a busca pela homogeneização social não significa uniformização dos padrões de vida, e sim a que membros de uma sociedade satisfaçam de forma apropriada às necessidades de alimentação, estuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais. [↑](#footnote-ref-37)
37. Já nos referimos a esse aspecto em 3.1.3. quando, inclusive, fizemos menção à contribuição pioneira de Nicholas Georgescu-Roegen. [↑](#footnote-ref-38)
38. A rigor, North distingue dois tipos de restrições, as formais e as informais, concluindo que ambas, cada uma à sua maneira, acabam tendo influência no desempenho econômico de qualquer sociedade: “No mundo ocidental moderno, consideramos que a vida e a economia seriam ordenadas por leis formais e direitos de propriedade. Só que as regras formais, mesmo na economia mais desenvolvida, compõem uma pequena parte (ainda que muito importante) da soma das restrições que moldam as escolhas. Uma breve reflexão nos indicaria o caráter difuso das restrições informais. Nas nossas interações cotidianas com os outros, seja no interior da família, nas relações sociais externas ou nas atividades ocupacionais, a estrutura norteante é predominantemente definida por códigos de conduta, normas de comportamento e convenções. Há regras formais que respaldam essas restrições informais, mas elas raramente são a fonte evidente e imediata da escolha nas interações cotidianas (NORTH, 2018, p. 69). [↑](#footnote-ref-39)
39. Tal ponto de vista é plenamente endossado por James Heckman, economista especializado em economia da educação que foi laureado com o Nobel de Economia em 2010 por suas contribuições a respeito da relação entre educação e economia. Muitos autores brasileiros têm também dado ênfase a essa relação, entre os quais Ricardo Paes de Barros, Eduardo Giannetti e Marcelo Neri. A esse propósito, recomendamos a leitura de *Apelo à razão*, de Fabio Giambiagi e Rodrigo Zeidán. [↑](#footnote-ref-40)